

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 0049/2005

O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq, fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, sediada na SEPN – Q. 507, Bloco “B”, Ed. CNPq – Brasília - DF, CEP: 70740-901, informa que estará realizando Pregão Eletrônico no dia 12/12/2005, às 14:00 horas, SEPN Q. 507 – Bloco B – Sala 215. EDITAL E INFORMAÇÕES: SEPN Q. 507, Bloco “B”, 2º andar, Brasília-DF, o Pregão em epígrafe cujo objeto é : **Contratar empresa devidamente especializada, com vistas a ministrar Cursos de Word Intermediário, Excel Básico, Excel intermediário com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento individual e profissional de setenta e quatro servidores do CNPq**

Gisele C. Paiva da Silva
Pregoeira

**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – CGADM
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC**

PREGÃO ELETRÔNICO CNPq Nº 049/2005

OBJETO:

CONTRATAR EMPRESA DEVIDAMENTE ESPECIALIZADA, COM VISTAS A MINISTRAR CURSOS DE WORD INTERMEDIÁRIO, EXCEL BÁSICO, EXCEL INTERMEDIÁRIO COM O OBJETIVO DE APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL E PROFISSIONAL DE SETENTA E QUATRO SERVIDORES DO CNPq.

**EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA
FORMULÁRIO DE PROPOSTA COMERCIAL
ORDEM DE SERVIÇO
MODELO DE DECLARAÇÃO**

OBSERVAÇÃO:

Cópia do edital encontra-se no site do CNPq no endereço:

<http://www.cnpq.br/servicos/editais/admin/index.htm> : onde serão também disponibilizadas todas as informações alusivas ao presente certame licitatório.

**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO- CNPq
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – CGADM
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC**

EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2005
Processo N.º 01300.000861/2005-7**

O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq, fundação pública federal criada pela Lei n.º 6.129, de 06.11.74, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, com inscrição no CNPJ/MF sob o n.º 33.654.831/0001-36, sediada no SEP/NE, Quadra 507, Bloco “B”, em Brasília-DF, Telefone: (61) 2108-9220 – Fax.: (61) 2108-9219, por intermédio de sua **COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – CGADM**, torna público que realizará certame licitatório na modalidade de **PREGÃO**, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, que observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei n.º 10.520, de 17.06.2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, e suas alterações, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações posteriores, e será em tudo regido pelas condições estabelecidas no presente Edital e nos seus anexos, observando-se o seguinte:

OBJETO:

Contratar empresa devidamente especializada, com vistas a ministrar Cursos de Word Intermediário, Excel Básico, Excel intermediário com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento individual e profissional de setenta e quatro servidores do CNPq.

TIPO DE LICITAÇÃO:
Menor preço por item.

FORMA DE EXECUÇÃO
Empreitada por preço global

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:
Data: 12/12/2005. Horário: 14:00 horas. Horário de Brasília
Local: www.comprasnet.gov.br

INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO:
Serviços de Licitações e Contratos – SELIC
E-mail: licitacao@cnpq.br
SEP/NE Quadra 507, Bloco “B” – 2º andar – sala 215 – Brasília-DF
Telefone: (61) 2108-9220 – Fax: (61) 2108-9219
09:00 às 12:00 – 14 às 17:00 horas

VALOR DO EDITAL XEROGRAFADO
R\$ 5,00(cinco reais)
Depósito bancário em favor do CNPq
Conta Corrente n.º 170.500-8
Agência 4201-3 – Banco do Brasil S/A
Código de identificação: 3641023620128830-6

1.0 DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa devidamente especializada, com vistas a ministrar Cursos de Word Intermediário, Excel Básico, Excel intermediário com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento individual e profissional de setenta e quatro servidores do CNPq, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.
- 1.2 O valor médio estimado dos serviços é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Encontra-se descrito no item 4 do Termo de Referência, anexo I, o valor médio para cada item. Por tratar-se de uma estimativa, esse montante não poderá ser exigido, nem considerado como valor de pagamento mínimo.

2.0 DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Compõem o presente Edital, dele fazendo parte integrante e indissociável, os seguintes anexos:
 - a) Anexo I - Termo de Referência;
 - b) Anexo II - Formulário de Proposta Comercial;
 - c) Anexo III – Ordem de Serviço;
 - d) Anexo IV - Modelo de Declaração (Inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal);

3.0 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, por intermédio do sítio: www.comprasnet.gov.br.
- 3.2 Como requisito para participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, incluindo aquelas que não estejam contempladas pela regularidade perante o SICAF.
- 3.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 3.4 Não será admitida nesta licitação a participação de:
 - (a) empresas que não atenderem às condições deste Edital;
 - (b) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o CNPq;
 - (c) empresas reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - (d) pessoas jurídicas das quais participem, seja a que título for, dirigentes ou servidores do CNPq.

4.0 DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Para participar do Pregão Eletrônico a licitante deverá se credenciar no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” no sítio www.comprasnet.gov.br. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 4.2 O credenciamento da licitante dependerá do seu registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 4.3 O cadastramento e habilitação parcial no SICAF poderão ser realizados pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, apresentando a documentação discriminada na IN - MARE nº 5/95, e suas alterações posteriores.
- 4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CNPq qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
- 4.6 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 4.7 Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.8 A licitante descredenciada no SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

5.0 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 5.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por intermédio do *e-mail*: licitacao@cnpq.br (será considerada a data de recebimento da mensagem no CNPq).
 - 5.1.1 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
 - 5.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada e publicada nova data para a realização do certame.
 - 5.1.3 As impugnações protocoladas intempestivamente não serão levadas em consideração.

- 5.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste edital.
- 5.2 Os teores das impugnações e esclarecimentos solicitados, bem como as respectivas respostas ficarão disponíveis para conhecimento dos fornecedores e sociedade em geral no sistema comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, por meio do link: Acesso Livre > Pregões > Agendados".

6.0 DA HABILITAÇÃO

6.1 Para habilitação das licitantes, será exigida documentação relativa:

6.1.1 à habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2 à qualificação econômico-financeira:

- e) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- f) A boa situação financeira, a que se refere a alínea acima, estará comprovada na hipótese de a licitante dispor de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um inteiro), calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- g) certidão negativa de falência ou concordata, e de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.1.3 à regularidade fiscal:

- h) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

- i) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, compreendendo, inclusive, a apresentação de Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;
- j) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

6.1.4 à qualificação técnica;

- k) atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação de serviços semelhantes ao objeto desta licitação em termos de características técnicas. Nos atestados devem estar explícitos: a empresa que está fornecendo o atestado e o responsável pelo setor encarregado do objeto em questão;

6.1.5 ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme ANEXO IV.

- 6.2. As licitantes que tenham obtido habilitação parcial junto ao SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF, na qualificação compatível com o objeto do presente certame, ficarão dispensadas da apresentação dos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, e qualificação econômico-financeira, ficando, contudo, obrigada a apresentar a documentação relativa à qualificação técnica e a declaração constante do subitem 6.1.5, e a declarar, a qualquer momento, fato superveniente impeditivo da sua habilitação.
- 6.3. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.
- 6.4. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 6.5. Documentos de procedência estrangeira, ainda que oriundos de países de língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

7.0 DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL

- 7.1 A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento de **PROPOSTA DE PREÇOS**, com a descrição dos serviços a serem executados, até às 14:00 (quatorze horas) do dia **12/12/2005**, horário de Brasília - DF, exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.comprasnet.gov.br.
- 7.2. Para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.
- 7.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

- 7.4. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.
- 7.5. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.
- 7.7. Após o início da fase de lances, não cabe desistência da proposta.
- 7.8. Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.
- 7.9. Os preços propostos e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, nesse caso, o direito de, após encerrada a fase de lances, pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

8.0 DA ABERTURA DA SESSÃO

- 8.1 A partir das 14:00 (quatorze) horas do **dia 12/12/2005**, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico CNPq nº 049/2005, quando o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 8.2 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.3 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 8.4 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.0 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 9.1 Para participar da fase competitiva (lances), a licitante deverá ter sua proposta de preços, por item, previamente cadastrada no endereço www.comprasnet.gov.br.
- 9.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.3 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

- 9.4 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.6 Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 9.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 9.8 Durante o transcurso da sessão pública, o Pregoeiro enviará mensagens às licitantes, mas estas só poderão se comunicar com o Pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.
- 9.9 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.10 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

10.0 DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANÇES

- 10.1 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.
- 10.2 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 10.3 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.
- 10.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 10.5 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro anunciará a licitante responsável pelo menor lance, devendo esta encaminhar imediatamente, no prazo máximo de 03 (três) horas, pelo Fax: (0xx61) 2108.9219, a documentação de habilitação que não esteja contemplada no SICAF, bem como o "Formulário de Proposta Comercial", nos moldes do Anexo II, com os valores correspondentes ao lance declarado vencedor .
- 10.6 Os originais ou cópias autenticadas da documentação, referida no item anterior, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do encerramento da etapa de lances, por via postal, com aviso de recebimento, ou por representante, diretamente no protocolo do CNPq, para o endereço indicado no preâmbulo deste Edital, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2005
RAZÃO SOCIAL E CNPJ
PROPOSTA COMERCIAL

- 10.7 O encaminhamento do original da Proposta Comercial, assim como da documentação complementar de habilitação de que tratam os itens 10.5 e 10.6 ou cópia autenticada das mesmas, será requisito essencial para celebração do instrumento contratual.
- 10.8 O Formulário de Proposta Comercial (ANEXO II) prevê, dentre outras, o fornecimento das seguintes informações:
- 10.8.1 planilha de preços:
- (coluna B) – especificação dos serviços;
 - (coluna E) – preço unitário do item;
 - (coluna F) - preço total do item;
 - (coluna G) - preço total por extenso.
- 10.8.2 preço total, que deverá ser apresentado com, no máximo, duas casas decimais, em moeda corrente nacional, expressos em algarismo e por extenso, prevalecendo este último, em caso de discordância;
- 10.8.3 prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura do certame. Na falta de tal informação será considerado aceito o prazo citado nesta alínea;
- 10.8.4 declaração, no corpo da proposta, de que, nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto da licitação;
- 10.8.5 a execução dos serviços deverá ser de acordo com o cronograma estabelecido no Termo de Referência, Anexo I, item 10.
- 10.9 Recomendamos que, quando do preenchimento do formulário de Proposta Comercial, nele façam inserir o número da conta, da agência e do banco em que tenha conta corrente, número do CNPJ, endereço, telefone comercial, número de fac-símile e nome do representante, quando for o caso.

11.0 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço ofertado por item.
- 11.2 O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do Edital.
- 11.3 Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

- 11.4 Ocorrendo a situação a que se refere o item acima, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 11.5 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e mediante exame da documentação complementar de habilitação, prevista nos itens 10.5 e 10.6.
- 11.6 Para fins de habilitação, a verificação pelo Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constituem meio legal de prova.
- 11.7 Uma vez aceita a proposta quanto ao valor e ao objeto, e verificado o cumprimento dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro anunciará a licitante vencedora.
- 11.8 A licitante vencedora, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão da ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade, previstas na legislação pertinente.
- 11.9 A ata da sessão pública do pregão será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.
- 11.10 Constatado o atendimento às exigências do Edital e verificada a regularidade dos atos praticados pelo Pregoeiro, a autoridade competente registrará no sistema, a homologação do Pregão.
- 11.11 O desatendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que sejam possíveis: a aferição da sua qualificação; e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.
- 11.12 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.0 DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

- 12.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 12.2 O prazo para manifestação sobre a intenção de interpor recurso será aberto pelo Pregoeiro, durante a sessão, na fase de habilitação.
- 12.3 Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso, o prazo de 03 (três) dias para apresentação dos memoriais, os quais deverão ser enviados por meio eletrônico, havendo campo específico para esse fim no sistema comprasnet. As demais licitantes, caso haja interesse, poderão apresentar contra-razões, também por meio eletrônico, no prazo de 03 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

- 12.4 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 12.5 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 12.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.7 Caberá à autoridade competente decidir os recursos contra ato do Pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.
- 12.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala 215 do Edifício Sede do CNPq, localizado no SEPQ Q. 507 – Bloco B, no horário de 9:00 às 11:30 e de 14:00 às 16:30 horas.

13.0 DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

- 13.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 13.2 Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado do certame licitatório, será a licitante vencedora convidada, formalmente, a retirar o instrumento contratual respectivo e a restituí-lo devidamente assinado por seu representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito, o prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 13.3 É facultado à contratante, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, não apresentar situação regular no ato da assinatura do instrumento contratual ou ainda, recusar-se a assinar o mesmo injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 13.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo CNPq.
- 13.5 Na assinatura do instrumento contratual, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do instrumento contratual.
- 13.6 Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no item anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o instrumento contratual, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o instrumento contratual, sem prejuízo da multa prevista neste Edital.

14.0 DAS SANÇÕES

- 14.1 A licitante convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar, injustificadamente, a celebrar o instrumento contratual, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública (SICAF e CADIN),

deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei n.º 10.520, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 10%(dez por cento) do valor global da proposta por item adjudicado, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no instrumento contratual e na legislação vigente.

- 14.2 A penalidade será obrigatoriamente registrada no SICAF e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 14.3 Na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão a ela, aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as sanções estabelecidas no anexo instrumento contratual.

15.0 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO

- 15.1 Os pagamentos devidos, em decorrência das obrigações assumidas, serão efetuados em conformidade com as condições estabelecidas na anexa minuta de Ordem de Serviço.
- 15.2 Os valores contratuais apenas poderão ser repactuados na forma estabelecida no anexo instrumento contratual, respeitadas as disposições contidas na legislação pertinente.

16.0 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1 As despesas decorrentes para a presente contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, no Plano Interno 8741, Fonte 0100, Natureza de Despesa 33.90.39.

17.0 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 17.1 As obrigações resultantes do presente certame licitatório deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2 Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas nos arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.
- 17.3 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a prestação de serviços em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

18.0 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

- 18.1 A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a presente licitação, em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 18.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual.
- 18.3 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

19.0 DA FRAUDE À LICITAÇÃO

- 19.1 A constatação, no curso da presente licitação, de condutas ou procedimentos que impliquem em atos contrários ao alcance dos fins nela objetivados, ensejará a formulação de imediata representação ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL para que sejam adotadas as providências direcionadas à apuração dos fatos e instauração do competente procedimento criminal, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para os fins estabelecidos no art. 88, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

20.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que sejam atendidos o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 20.3 A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 20.4 Reserva-se ao Pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.
- 20.5 No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
 - a) adiada a data da abertura desta licitação;
 - b) alterada as condições do presente Edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.0 DOS CASOS OMISSOS

- 21.1 Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, Lei nº 10.520, de 17.06.2002, Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 e suas alterações posteriores, e Decreto nº 5.450/2005, de 31.05.2005.

Brasília - DF, 28 de novembro de 2005

GISELE CRISÓSTOMO PAIVA DA SILVA
Pregoeiro Oficial
OI -010/2005

ROSITA ASSIS ROSA
Apoio

ANA CONCEIÇÃO MUNIZ DA SILVA
Apoio

JOANA BATISTA RODRIGUES NETO
Apoio

JAMES HENRIQUE MACEDO
Apoio

JOAQUIM EDUARDO MIRANDA GOMES
Apoio

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO CNPq N.º 049/2005 Processo n.º 01300.000861/2005-7

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratar empresa devidamente especializada, com vistas a ministrar Cursos de Word Intermediário, Excel Básico, Excel intermediário com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento individual e profissional de setenta e quatro servidores do CNPq.

2. JUSTIFICATIVA

Nos anos 90, em decorrência da substituição dos terminais de vídeo do computador central para as atuais estações de trabalho, houve intensos esforços no sentido de capacitar toda a Casa para utilização dos novos equipamentos e softwares neles instalados por meio do Programa de Treinamento em Informática – PTI.

O PTI tinha como objetivo capacitar os servidores na utilização básica, intermediária e avançada dos softwares constantes do Pacote Microsoft (*Word, Excel e Power Point*). Com esse Programa, houve sensível redução da demanda para cursos de informática.

Em 2003, na pesquisa realizada para avaliação do atendimento do SECIN e definição das prioridades para capacitação na Casa, os cursos de informática foram considerados de alta prioridade pelos gerentes. Dessa forma, no final de 2003 e 2004, foram oferecidas 30 oportunidades de capacitação às diversas áreas do CNPq em cursos de Windows Básico, Excel Básico e Excel Intermediário a fim de minimizar os problemas decorrentes da falta de conhecimento na utilização desses recursos.

Em 2005, nova pesquisa está sendo realizada com o objetivo de instituir o Modelo Educacional do CNPq para o ano de 2005/2006 sob a forma de Programas Educacionais, com base em missão, metas das áreas e competências instaladas e demandadas. A análise parcial dos resultados ainda evidencia a necessidade de atualização e aprimoramento nos conhecimentos pertinentes ao pacote *Microsoft Office*, como também aponta claramente a necessidade de conhecer software livre.

Dessa forma, foram induzidas oportunidades de treinamento para as seguintes áreas: PROJUR, SESPI, APE, AEI, GAB, PRE, ASCIN, COCBI, COCMI, SEDOC, CGCTM, COIAM, COGEC, COAGR com o objetivo de minimizar os hiatos de conhecimentos evidenciados na pesquisa e indicado pelas áreas, bem como sanar as dificuldades na utilização dos recursos de informática, elevando a qualidade dos serviços prestados pelos servidores.

Não obstante, termos o conhecimento de que o Governo Federal tem buscado definir políticas públicas que objetivem maximizar o uso dos chamados *softwares* livres e a presente demanda configura-se como uma necessidade imediata de qualificação dos técnicos. Ademais, consulta realizada junto ao Coordenador-geral de Informática sobre esta temática esclarece que: "... os cursos em tela são necessidades de curtíssimo prazo ao passo que a formação em *Linux* é uma estratégia de médio prazo que envolve uma mudança de cultura organizacional".

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

3.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1.1. Curso de Word Intermediário. 30 h/aula

Uma introdução ao Processamento de Textos. A Tela de entrada. Criação e edição de textos. Copiar, recortar, colar. Busca e troca. Deslocamento no texto. Inserção de quebras, notas de rodapé, anotações, numeração de folhas, arquivos, molduras, imagem, campo, símbolo. Formatação de linha, página, seção, coluna, tabulação, documento. Alinhamentos.

Revisão de documento. Correção automática de textos. Glossário. Parágrafos. Estilos e sua aplicação. Tabelas. Figuras e equações. Texto em molduras. Mala direta. Ortografia, gramática e thesaurus. Desenho de linhas. Métodos de visualização do documento e tela. Gráficos geração e edição a partir de tabelas. Índices Remissivos e Analíticos. Envelopes. Impressão, configuração de página e impressora. Inúmeros exercícios para a fixação do conhecimento. Criação de macros e seu uso visando automação de rotinas.

3.1.2. Curso de Excel Básico. 16 h/aula

Introdução às planilhas eletrônicas e ao Excel. Criando e editando planilhas de cálculos. Análise da tela de entrada. Criando arquivos, gravando, imprimindo e visualizando a priori. Operações essenciais na planilha: ajuste de linhas/colunas, alinhamento de textos, apagando e inserindo células/linhas/colunas/notas. Campos. Criando fórmulas e usando funções. Formatando produções de planilha. Criar e editar gráficos. Área de Trabalho e Pasta, ligação de arquivos e consolidação. Fórmulas matriciais. Tabelas, Tabelas dinâmicas.

3.1.3. Curso de Excel Intermediário. 30 h/aula

Introdução às planilhas eletrônicas e ao Excel. Criando e editando planilhas de cálculos. Análise da tela de entrada. Criando arquivos, gravando, imprimindo e visualizando a priori. Operações essenciais na planilha: ajuste de linhas/colunas, alinhamento de textos, apagando e inserindo células/linhas/colunas/notas. Campos. Criando fórmulas e usando funções. Formatando produções de planilha. Criar e editar gráficos. Barras de ferramentas. Arquivos adicionais. Área de Trabalho e Pasta, ligação de arquivos e consolidação. Fórmulas matriciais. Trabalhando com Bancos de Dados, formulários próprios e acesso as consultas, relatórios e formulários do Access. O atingir metas gráfica e textualmente. Tabelas com uma e várias variáveis versus diversas equações. Tabelas dinâmicas. Cenários. Classificação de listas. Consolidação de planilhas. Proteção parcial e total da planilha. Autofiltros e Filtros Personalizados. Comunicação com outras aplicações. Auditorando planilhas. Aplicações orientadas ao usuário. Mala direta, tabelas dinâmicas, confecção de gráficos e análise estatística dos dados.

3.2. METODOLOGIA (Condução da aprendizagem)

- 3.2.1. Aula presencial, expositiva, dialogada e demonstrativa realizada em laboratório apropriado, valorizando as explicações e o constante diálogo e utilizando um computador para cada aluno.
- 3.2.2. Leitura dirigida: os alunos são orientados a fazerem leituras prévias do material disponibilizado pertencente ao programa do curso
- 3.2.3. Exercícios práticos: os alunos são orientados a realizar exercícios práticos, buscando sempre a correlação com suas atividades no trabalho.

3.3. MATERIAL DIDÁTICO

No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas necessárias ao pleno cumprimento das obrigações relativas à contratação, tais como: pessoal (salários, remuneração, encargos, tributos, hospedagem de instrutores); serviços de secretaria (inscrição, emissão de documentos, cadastro etc.); certificação, material instrucional e demais despesas que se fizerem necessárias ao perfeito atendimento da contratação.

3.4. CARGA HORÁRIA E TURMAS

CURSOS	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	TURNO	Nº TURMAS
Excel Básico	18	16 h/a	4h/a	matutino	1
Word Intermediário	16	30 h/a	4h/a	matutino	1
Excel Intermediário	40	30 h/a	4h/a	Matutino e vespertino	2

4. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	Valor Total Médio
01	Excel Básico – com laboratório	18	R\$ 2.200,00
02	Word Intermediário- com laboratório	16	R\$ 1.800,00
03	Excel Intermediário – laboratório	40	R\$ 5.000,00

5. INSTALAÇÃO

O laboratório de Informática e os equipamentos deverão ser fornecidos pela empresa contratada, devidamente equipados e adaptado para a realização dos cursos. O laboratório deverá estar localizado nas proximidades do CNPq.

6. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. Serão certificados os participantes que obtiverem a frequência e o rendimento exigidos pela empresa contratada.
- 6.2. Os cursos serão realizados em Brasília – DF.

7. DEVERES DA CONTRATADA:

- a- fica sob a responsabilidade da CONTRATADA os danos/prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por imperícia ou falta de zelo dos prestadores de serviços, cabendo a CONTRATADA a reparação de imediato
- b- a CONTRATADA apresentará, documento fiscal específico, referente aos serviços executados;
- c- a CONTRATADA durante toda a execução dos serviços, deverá manter todas as condições de qualificação exigidas para a contratação;
- d- comunicar à Coordenação de Capacitação e Gestão de Carreira da CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos julgados necessários;
- e- solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento das suas obrigações contratuais, exceto aquelas que já forem da responsabilidade do CONTRATANTE fornecer, nos termos do instrumento contratual;

- f- realizar o acompanhamento pedagógico;
- g- realizar aulas com carga horária diária de 4h/a, com intervalo de 15 minutos, perfazendo a carga horária total de cada curso;
- h- realizar, ao final do curso, avaliação de reação, conforme instrumento próprio do SECIN;
- i- fornecer todo o material didático das aulas;
- j- designar para ministrar as aulas instrutor(es) qualificado(s) e com experiência nesse tipo de atividade;
- k- acompanhar a frequência dos alunos em conjunto com o técnico do SECIN responsável pelo presente projeto;
- l- instalar o Sistema Operacional *Windows* e o pacote *Office 2000* nos computadores do laboratório, durante a realização dos cursos;
- m- compatibilizar as versões dos *softwares* dos cursos com as utilizadas no CNPq;
- n- emitir os certificados;
- o- entregar relatório dos eventos com a tabulação das avaliações realizadas, devolvendo os instrumentos de avaliação preenchidos pelos alunos ao SECIN;

8. DEVERES DO CONTRATANTE:

- a- Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA;
- b- efetivar inscrição dos alunos;
- c- designar, formalmente, um gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço;
- d- acompanhar a ministração das aulas, verificando sua conformidade prescrita no Edital;
- e- notificar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades encontradas na ministração das aulas;
- f- sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua;
- g- documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da CONTRATADA;
- h- efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;
- i- acompanhar as atividades realizadas pela empresa contratada por meio do técnico responsável pelo presente projeto;
- j- atestar os serviços prestados;
- k- solicitar o pagamento das despesas correspondentes.

9. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

- 9.1. Os alunos serão acompanhados e avaliados pelo docente responsável, por meio do desempenho, levando-se em conta todas as atividades previstas e participação;
- 9.2. o evento será avaliado em função do conteúdo, desempenho dos professores, metodologia, aspectos logísticos, organização e qualidade do material didático, por meio de avaliação de reação que contemple os itens do modelo anexo;
- 9.3. a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado para esse fim, a ser oportunamente indicado pela área gestora, doravante denominada simplesmente *Unidade Fiscalizadora*;
- 9.4. a fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual;
- 9.5. a Unidade Fiscalizadora terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da apresentação do documento fiscal para aprová-lo ou rejeitá-lo. O documento fiscal não aprovado pela Unidade Fiscalizadora será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos para pagamento a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS SANÇÕES

- 10.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, que encontram-se indicadas abaixo e ao pagamento de multa nos seguintes termos:
- a) advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;
 - b) pelo atraso no início das aulas em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
 - c) pela recusa em efetuar o serviço a multa estipulada em 10% (dez por cento) do valor do contrato;
 - d) pela recusa da Contratada em substituir o material utilizado e até mesmo o profissional, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do contrato;
 - e) suspensão temporária, de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato;
 - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé
- 10.2. As multas estabelecidas no item 9.1, podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 10.3. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 10.4. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, devida e formalmente justificadas e comprovadas, e sempre a critério da autoridade competente.
- 10.5. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais comunicações legais (art. 7º da Lei 10.520 de 17/07/02).

10. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 11.1. Os Cursos deverão ser ministrados no período máximo de 03 (três) meses conforme cronograma abaixo, a contar da data de assinatura da Autorização de Fornecimento – AF.
- 11.2. A validação do curso será efetuada pela Coordenação de Capacitação e Gestão de Carreira.
- 11.3. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às técnicas apropriadas, utilizando-se sempre, para esse efeito pessoal qualificado.

CRONOGRAMA :

MESES	1º	2º	3º
	ATIVIDADES		
Efetivação da Inscrição da demanda identificada	XX		
Desenvolvimento dos Cursos	XX	XX	XX
Acompanhamento do Curso	XX	XX	XX
Encerramento			XX

12. ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO

O gasto total estimado com a execução dos serviços é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Brasília - DF, 28 de novembro de 2005.

GISELE CRISÓSTOMO PAIVA DA SILVA
Pregoeiro Oficial
OI -010/2005

ROSITA ASSIS ROSA
Apoio

ANA CONCEIÇÃO MUNIZ DA SILVA
Apoio

JOANA BATISTA RODRIGUES NETO
Apoio

JAMES HENRIQUE MACEDO
Apoio

JOAQUIM EDUARDO MIRANDA GOMES
Apoio

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2005
Processo N° 01300.000861/2005-7

FORMULÁRIO DE PROPOSTA COMERCIAL

(encaminhamento obrigatório, imediatamente após a fase de lances, no caso de proposta melhor classificada)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UN.	QTE.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL POR EXTENSO
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)
1	Excel Básico – com laboratório	Turma	1			
2	Word Intermediário – com laboratório	Turma	1			
3	Excel Intermediário – com laboratório	Turma	2			

Prazo de Validade da Proposta (não inferior a 60 dias corridos): _____ (caso não seja indicado, será considerada de 60 dias corridos)

Prazo de execução dos serviços (não superior a 03 (três) meses): _____ (caso não seja indicado, será considerado de 03 (três) meses)

Declaro que nos preços ora propostos e naqueles que por ventura vierem a ser ofertados, através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis a perfeita execução dos serviços objeto desta proposta. () SIM () NÃO

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

Fax:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta Corrente N°:

Local/Data:

Nome do Representante Legal:

CPF:

Anexo III

 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	ORDEM DE SERVIÇO	Nº/ANO:	<input type="text"/>
N.º DO PROCESSO:	<u>MODALIDADE DE LICITAÇÃO</u>	NUMERO	
01300.000861/2005-7	Pregão Eletrônico	0049/2005	
<u>EMPRESA:</u>			
<u>ENDEREÇO:</u>			
		<u>CIDADE:</u>	<u>ESTADO:</u> DF
<u>CNPJ:</u>	<u>TELEFONE:</u>	<u>FAX:</u>	<u>CEP:</u>
<u>CONTA BANCARIA</u> <u>N.º:</u>	<u>INSTITUIÇÃO BANCARIA:</u>	<u>AGENCIA N.º:</u>	
<u>REPRESENTANTE LEGAL:</u>	<u>CPF:</u>	<u>ATO DE DELEGAÇÃO:</u>	

1.OBJETO

Contratar empresa devidamente especializada, com vistas a ministrar Cursos de Word Intermediário, Excel Básico, Excel intermediário com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento individual e profissional de setenta e quatro servidores do CNPq, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e na Proposta da CONTRATADA, que são partes integrantes e indissociáveis deste instrumento.

2. DA REMUNERAÇÃO

<u>REMUNERAÇÃO :</u>	<u>VALOR POR EXTENSO:</u>	<u>VALOR GLOBAL:</u>

CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS A OBSERVAR

2.1 A CONTRATADA apresentará documento fiscal específico discriminando todo o equipamento fornecido, com indicação de preços unitários e total.

A CONTRATADA apresentará documento fiscal específico, referente aos serviços executados.

2.2 - A Unidade Fiscalizadora terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da apresentação do documento fiscal para aprová-lo ou rejeitá-lo. O documento fiscal não aprovado pela Unidade Fiscalizadora será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos para pagamento a partir da data de sua reapresentação.

2.3 - O pagamento será efetuado dentro de 03 (três) dias corridos, a contar da data da aprovação do documento fiscal;

2.4 - No preço estipulado na proposta estão incluídos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, e outras de qualquer natureza que sejam devidas em decorrência direta ou indireta da execução do objeto contratual. Também estão inclusos todos os encargos trabalhistas e previdenciários referente ao pessoal de que trata este instrumento.

2.5 - O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com o CONTRATANTE;
- c) verificação de pendência junto ao SICAF.

2.6 - O pagamento somente poderá ser efetuado após atestada a conformidade dos serviços, de acordo com as exigências contratuais.

2.7 - Para o pagamento, será feita consulta ao SICAF, para comprovar a situação de regularidade da CONTRATADA;

2.8 - A CONTRATADA durante toda a execução dos serviços, deverá manter todas as condições de qualificação exigidas para a contratação;

2.9 - No caso de atraso de pagamento por parte do CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$N/30$

$EM = [(1 + TR/100) - 1] \times VP$, onde,

TR = percentual atribuído à Taxa Referencial-TR ;

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

3. PRAZO

INICIO:	TERMINO:	

4. DA DISCRIMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VALOR:	NOTA DE EMPENHO N.º:	DATA DO EMPENHO:
NATUREZA DA DESPESA: <u>33.90.39</u>	FONTE: <u>0100</u>	PTRES: <u>972482</u>
		PLANO INTERNO: <u>8741</u>

5. DA FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será acompanhada e obrigatoriamente fiscalizada por um representante da Administração, ao qual incumbirá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas e defeitos observados. O recebimento, aceitação e atesto dos serviços decorrerão necessariamente de verificação efetiva de sua execução, nos moldes previstos nos arts. 73 e 76 da Lei 8.666/93.

6. DA RESCISÃO

O não cumprimento, ou o cumprimento irregular das obrigações assumidas, configurando qualquer uma das situações descritas no art. 78 da Lei 8.666/93, ensejará a imediata rescisão do presente instrumento.

7. DAS SANÇÕES

7.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, que encontram-se indicadas abaixo e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- a) advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;
- b) pelo atraso no início das aulas em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
- c) pela recusa em efetuar o serviço a multa estipulada em 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- d) pela recusa da Contratada em substituir o material utilizado e até mesmo o profissional, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- e) suspensão temporária, de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé

7.2 As multas estabelecidas no item 7.1 podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

7.3 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

7.4 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, devida e formalmente justificadas e comprovadas, e sempre a critério da autoridade competente.

7.5 A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais comunicações legais (art. 7º da Lei 10.520 de 17/07/02).

8. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A execução dos encargos ora estabelecidos será feita com observância das disposições da Lei 8.666/93, e em conformidade com as condições estabelecidas neste termo, no instrumento convocatório e na proposta da CONTRATADA.

09. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Fazem parte integrante desta **ORDEM DE SERVIÇO**, independentemente de transcrição, os documentos abaixo relacionados:

- a) Edital de Pregão nº 0049/2005;
- b) Proposta da adjudicatária;
- c) Termo de Referência.

10. DO FORO

Elegem as partes o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para discutir dúvidas ou pendências que não possam ser solucionadas administrativamente.

11. DATA E ASSINATURAS

LOCAL E DATA:	Pelo CONTRATANTE:	Pela CONTRATADA:
<u>Brasília/DF,</u>	<u>Autoridade</u> <u>Competente/Carimbo</u>	<u>Sócio-gerente/mandatário</u> – <u>carimbo</u>

ANEXO IV

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2005
Processo N.º 01300.000861/2005-7**

DECLARAÇÃO

_____,
(razão social da licitante)

inscrita no CNPJ N.º : _____ com sede na

(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)

infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____

e do CPF/MF n.º _____, para os fins de habilitação no

Pregão CNPq 049/2005 DECLARA expressamente, nos termos do inciso V, do art.27, da Lei 8.666/93 e inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, que:

() não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ressalva:

emprega menor, a partir a partir de quatorze anos na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2005.

(assinatura do representante legal)

OBS: Esta declaração deverá ser enviada pela licitante declarada vencedora via fax, imediatamente após o encerramento dos lances, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.